



Revista Café com Sociologia

Volume 6, número 2, mai./jul., 2017

ENTREVISTA

CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA ENQUANTO SUBCAMPO DE PESQUISA:

uma entrevista com **Anita Handfas**

Entrevistador: *Cristiano das Neves Bodart*¹

Anita Handfas é graduada em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde também cursou Mestrado em Educação, e doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Desde 2005 atua como professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estando vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Handfas é coordenadora do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes - LabES, desenvolvendo ali pesquisas sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica e sobre a formação do professor de Sociologia. Na presente edição da Revista Café com Sociologia temos o prazer trazer uma entrevista com essa pesquisadora que dispensa apresentações no interior da comunidade acadêmica que se dedica a pensar o ensino de Ciências Sociais.

Revista Café com Sociologia: Poderia, em linhas gerais, nos explicar a relação entre a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e a constituição da Sociologia como disciplina escolar?

Anita Handfas: Esta é uma relação bastante contraditória. Se tomarmos o fato de que a sociologia esteve presente nos currículos do ensino secundário antes mesmo da criação dos cursos superiores em Ciências Sociais no Brasil, já temos um índice que revela o quanto essa relação é complexa e,

¹ Doutor em Sociologia (USP), professor adjunto do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais dessa mesma instituição. E-mail: cristianobodart@hotmail.com

por conseguinte carente de uma análise e entendimento que, em meu modo de ver, ultrapassam a constatação de sua intermitência, caracterizada por períodos de ausência e de presença no currículo. Digo isso, porque nas pesquisas que temos desenvolvido no campo do ensino de sociologia, prevalece uma tendência em compreender a trajetória do ensino de sociologia no ensino secundário, tendo em vista as reformas educacionais de um longo período que vai desde a reforma Benjamim Constant até a lei 11.684/08. Já salientei em outros trabalhos que essa perspectiva pode acabar deixando de fora elementos importantes para um entendimento mais preciso da constituição da sociologia como disciplina escolar. Ou seja, entendo que essa compreensão passa necessariamente por estabelecermos a relação entre a história das ciências sociais no Brasil e a constituição da sociologia como disciplina escolar. Nessa direção, desenvolvemos no LabES uma série de estudos para aprofundar o conhecimento da trajetória de institucionalização das ciências sociais no Brasil, buscando identificar elementos que nos indicassem possíveis conexões da trajetória da disciplina escolar sociologia em meio ao contexto político-acadêmico-institucional de desenvolvimento das ciências sociais no Brasil.

Para tanto, recorreremos à literatura que trata da história das ciências sociais no Brasil e nos deparamos com poucas menções e referências à sociologia como componente curricular no ensino secundário. Em verdade, isso tem a ver com a própria periodização que esses autores apresentam na trajetória de institucionalização das ciências sociais, oscilando entre aqueles autores que consideram a contribuição de intelectuais não especializados e, portanto se utilizavam de referências na literatura, direito, etc., e aqueles intelectuais cujo pensamento social sobre o Brasil se assentava em bases científicas mais sólidas. Em outras palavras, haveria uma fase pré-científica, praticada, sobretudo por autodidatas, e outra, científica, consolidada principalmente a partir da criação dos cursos superiores. Como sabemos os primeiros esforços de sistematização da sociologia no ensino secundário, por meio dos cursos secundários e também dos primeiros manuais de sociologia, foram praticados por autodidatas, dessa forma, se seguirmos as indicações desses autores que estudam a história das ciências sociais no Brasil, as circunstâncias dadas à sociologia, no contexto em que ela surge pela primeira vez como disciplina escolar no ensino secundário, estariam circunscritas ao período considerado por esses autores como sendo pré-científico. É claro que em meio à controvérsia de quando seriam consideradas a *fundação* e a *institucionalização* das ciências sociais no Brasil, esses autores demarcam períodos em que o ensino da sociologia nas escolas secundárias é considerado. E mesmo que com algumas variações, de um modo geral, este é sempre considerado como um período que antecede àquela fase em que as ciências sociais teriam

entrado no patamar de trabalho intelectual guiado por padrões científicos (a partir da década de 1940).

Não é possível nesse espaço desenvolver todas as ideias apresentadas pelos autores que se ocuparam de investigar a trajetória de institucionalização das ciências sociais no Brasil, porém, é importante destacar que essa perspectiva de ruptura entre uma fase pré-científica e científica é contestada por outros autores, na medida em que para eles não se pode desprezar as contribuições anteriores, sob pena de achar que as ciências sociais surgiram sem qualquer elo com o passado. É como se qualquer produção antes do “corte” entre o período pré-científico e o período científico fosse irrelevante para a evolução e o progresso das ciências sociais. Nessa direção, ressurgem nesse debate autores como Florestan Fernandes e Otavio Ianni em seus escritos da década de 1990 que retomam uma perspectiva de valorização do ensaísmo, ou da imaginação sociológica e de uma produção mais engajada ideologicamente. Nesse quadro, podemos pensar, por exemplo, na sociologia que vem sendo praticada nas milhares de escolas brasileiras de nível médio, que por meio do trabalho pedagógico do professor de tradução do conhecimento científico das ciências sociais para o conhecimento escolar, faz chegar o conhecimento sociológico a milhões de estudantes do ensino médio. Penso que isso não é pouco e deveria ser seriamente considerado pela comunidade científica das ciências sociais.

Enfim, penso que para nós estudiosos do campo, esse caminho pode ser interessante não só para compreender o lugar da sociologia na educação básica na longa trajetória de institucionalização das ciências sociais no Brasil, como para reivindicar a sua importância.

Revista Café com Sociologia: De acordo com uma de suas pesquisas, o ensino de Sociologia é um objeto de estudo recente na pós-graduação. Quais teriam sido as primeiras motivações para o “despertar do interesse” dos pós-graduandos, orientadores e dos programas?

Anita Handfas: Há algum tempo que já temos levantado a produção do conhecimento sobre o ensino de sociologia na educação básica, justamente por percebemos que a tendência de crescimento dessa produção impôs a necessidade de inventaria-la e mais ainda, fazer uma espécie de radiografia do campo, ou sub-campo, como alguns tem chamado. O levantamento mais recente que realizei deu conta de 93 dissertações de mestrado e 15 teses de doutorado apresentadas principalmente em programas de pós-graduação em ciências sociais/sociologia e educação, de 1993 até 2016. Isso sem falar de artigos publicados em revistas especializadas e

dossiês sobre a temática que também já vem sendo levantados por inúmeras pesquisas de mestrado e doutorado. Ou seja, só esse movimento de buscar conhecer essa produção, tanto do ponto de vista quantitativo, como qualitativo já indica que estamos diante de um quadro de ascensão do campo no sentido de uma produção acadêmica mais sistematizada. Nesse levantamento do estado da arte que tenho realizado procuro entender os motivos desse crescente interesse pela temática e ainda que seja preciso aprofundar a investigação dos diversos fatores que podem explicar esse crescimento, assinalo um conjunto de acontecimentos conjunturais e ações relacionadas às políticas públicas educacionais que juntos podem ser a causa do crescimento do interesse pela temática. Vejamos alguns desses eventos: do ponto de vista político, já conhecemos de forma exaustiva a mobilização e luta mais recentes, a partir da década de 1980, culminando com as conquistas, ainda que parciais, vindas da LDB (1996), que ocorreram, tanto à nível nacional, como à nível dos estados. Essa mobilização foi notável e já há também algumas pesquisas de mestrado que mostram a diversidade de circunstâncias e lutas que praticamente todos os estados da federação mantiveram nesse longo período de retomada da sociologia nos currículos do ensino médio. Penso que esse fenômeno é algo que precisa ser mais investigado, no sentido de compreendermos de forma mais objetiva os interesses em torno do retorno da sociologia no currículo, assim como as disputas em torno das concepções do papel da sociologia na formação do estudante do ensino médio. De todo modo, me parece que essa dinâmica mais ou menos longa, que acabou culminando com a legislação de 2008 que tornou a disciplina obrigatória nas três séries do ensino médio, acabou por criar um ambiente favorável e interessante para a pesquisa sobre o tema. Afinal, na esteira desses acontecimentos, temos uma ampliação significativa de concursos para professores de sociologia e, por conseguinte, quadros docentes atuando no ensino de sociologia nas escolas básicas, o que certamente pode ter aproximado esses docentes das questões concernentes ao ensino de sociologia na educação básica.

Do ponto de vista acadêmico, a lei 11.684/08 também causou impacto, com a aceleração do crescimento dos cursos de licenciatura em ciências sociais. Refiro-me aqui especificamente às instituições públicas, pois são as que considero possuírem compromisso ético, político e pedagógico com a formação docente (não quero dizer que não existam instituições superiores de ensino privadas que também formam bons professores, mas sabemos bem como a maioria das instituições privadas recolhem grandes lucros com a mercadorização da educação e da formação docente, em particular). É possível que a criação dos cursos de licenciatura possa ter criado uma nova dinâmica institucional e acadêmica nos cursos de graduação em ciências sociais que tiveram

que tomar para si a responsabilidade com a formação do professor de sociologia. E é possível também que nesse processo muitos estudantes de licenciatura e de bacharelado venham tendo mais oportunidade de se aproximar dessa temática. Dou como exemplo o próprio LabES que abriga em seu interior diversos estudantes de graduação, oriundos tanto da licenciatura como do bacharelado, interessados em discutir a temática.

Ainda do ponto de vista acadêmico, não podemos deixar de citar o lugar que o tema ensino de sociologia na educação básica foi ocupando nos espaços institucionais, como a SBS, a Anpocs, a ABA e até mesmo a ABCP, ainda que com suas diferenças de inserção. Nessa mesma direção, um aspecto que considero decisivo para o crescente interesse na pesquisa sobre o tema são os espaços próprios de divulgação de pesquisas, discussões e trocas de experiências. Refiro-me ao ENESEB que em nível nacional tem sido um importante espaço de reflexão, mas também temos a criação da ABECS em 2013 e um conjunto de eventos estaduais que reúnem professores e estudantes envolvidos diretamente com a temática. Considero esses eventos fundamentais para o estímulo à pesquisa e talvez seja por isso que vários de nosso colegas já vem considerando este conjunto de iniciativas nacional e estaduais como um espaço próprio de formação de um *sub-campo*, no interior do campo das ciências sociais.

Do ponto de vista das políticas públicas, cito apenas dois importantes programas: o PIBID que sem dúvida nenhuma tem criado um terreno fértil de enfrentamento das questões relacionadas à formação do professor de sociologia e por sua natureza teórica-prática tem atraído centenas de jovens licenciandos que se veem cada vez mais animados e atraídos pela possibilidade de atuar como docentes, mas também desenvolver pesquisas sobre o tema. Outro programa muito relevante é o PNLD que trouxe a sociologia para dentro de uma política pública educacional que mobiliza cifras significativas de recursos financeiros, mobilizando uma gama de agentes, entre editoras, autores de livros, universidades, escolas básicas, professores, estudantes e governo. Certamente, do ponto de vista da disciplina escolar, a sociologia ganhou visibilidade e legitimidade no terreno do currículo, o que pode também contribuir para um maior interesse pelo tema.

Enfim, acredito que esse conjunto de acontecimentos e ações vem contribuindo com o crescimento desse interesse pela pesquisa sobre o ensino de sociologia, mas ressalto que é preciso investigar mais a fundo cada um desses processos para sabermos se esses são de fato os motivos. Nesse sentido, gostaria apenas de ressaltar uma pesquisa que minha bolsista de Iniciação Científica Izabella Carvalho tem desenvolvido sobre o perfil dos pesquisadores que fizeram suas

pesquisas de mestrado sobre o tema e nesse momento já é possível afirmar que o envolvimento desses pesquisadores ao longo da graduação em laboratórios de pesquisa, assim como a participação em programas como o PIBID foram aspectos que contribuíram para a escolha do tema de pesquisa.

Revista Café com Sociologia: Quais foram os fatores mais importantes para o início de uma constituição do subcampo de pesquisa em torno do ensino da Sociologia escolar?

Anita Handfas: Bem, inicialmente, acho que é preciso pensar atentamente sobre essa conceituação de *subcampo*, tal como propõe Bourdieu, pois me parece ser a partir dessa acepção que alguns pesquisadores têm proposto pensar o espaço que temos constituído em torno do tema ensino de sociologia na educação básica. Não estou totalmente certa se podemos falar em subcampo. O conceito de *subcampo* pode sim nos ajudar a pensar numa certa luta de forças e disputas por prestígio no interior do *campo* científico das ciências sociais, mas será que nos ajuda quando pensamos nas questões epistemológicas que envolvem nossos estudos e pesquisas? Ou seja, o que tenho percebido na minha pesquisa sobre o estado da arte da produção acadêmica sobre o ensino de sociologia na educação básica é que ainda estamos carentes de referenciais teóricos próprios para operar com as questões que afetam nosso tema de pesquisa e mais, diria que nossas referências transitam entre a pesquisa educacional e a pesquisa sociológica, tendendo mais para a primeira, o que poderia indicar uma sociologia da educação. Exatamente por isso, penso que a afirmação de nosso objeto de estudo passa também pelo seu lugar no *campo* das ciências sociais. Enfim, essas são apenas reflexões, tendo em vista a provocação da pergunta, mas indo direto ao ponto penso que os principais fatores que propiciaram a criação de um *espaço* próprio de acúmulo de reflexão, discussão, estudos, pesquisas e ações foram aqueles já levantados na pergunta anterior a esta. Ou seja, tivemos ao longo de um processo que vai desde o período de democratização do país, na década de 1980, passando pelas lutas mais localizadas em cada estado pelo retorno da sociologia ao ensino médio e chegando aos anos 2000 com um acúmulo de experiências que acabou por conformar certa organicidade a esse espaço, no sentido de imprimir uma dinâmica muito interessante de debates, estudos, práticas pedagógicas e um conjunto de iniciativas criativas em torno do tema.

Revista Café com Sociologia: Os anos de 1990 e 2000 foram marcados pela militância em prol da introdução da Sociologia no currículo do Ensino Médio brasileiro. Essa militância não afetou de alguma forma - ou ainda afeta – a produção científica em torno do ensino de Sociologia?

Anita Handfas: Essa é uma pergunta interessante e que eu sinceramente não tenho uma resposta segura. Se pensarmos à primeira vista, a resposta poderia ser sim, a militância teria sido importante para o incremento da produção científica em torno do ensino de sociologia. Porém, examinando com mais vagar, me parece complicado estabelecer uma relação tão direta entre a militância em torno da bandeira da sociologia na escola básica e o interesse acadêmico pela temática. Acho que há aí muito mais conexões que devem ser levadas em conta, até porque sabemos que a militância em torno da bandeira pelo retorno da sociologia no ensino médio foi vigorosa, mas não necessariamente ampla do ponto de vista quantitativo. Ao contrário, foi uma mobilização que ficou restrita, na maioria dos casos, a parcelas de professores universitários, principalmente os que eram ou são responsáveis pela disciplina de metodologia e prática do ensino de sociologia e estudantes de graduação em ciências sociais, mobilizados por associações e sindicatos representativos. Sem dúvida, essa mobilização foi muito importante do ponto de vista político, alcançando vitórias, mas acho que já em meados da década de 2000, passamos a um novo patamar em função de um conjunto de eventos e ações que já mencionei em outro momento da entrevista que poderia ser muito mais caracterizado por uma militância acadêmica do que propriamente política. Ou seja, acho que na medida em que a produção acadêmica vai crescendo e nosso espaço ganhando mais organicidade, parece que cria-se uma dinâmica que acaba por animar os participantes desses espaços no sentido de abraçar a causa do ensino de sociologia no ensino médio, isso que chamo de uma militância acadêmica.

A pesquisa de perfil dos pesquisadores realizada no LabES também indica uma série de outras motivações apresentadas pelos entrevistados quando perguntados sobre o que os teria motivado a pesquisar essa temática: a iniciação científica pesquisando o tema, a participação em programas como o PIBID e a atuação no magistério foram alguns dos motivos que os levaram a pesquisar o tema no mestrado.

Revista Café com Sociologia: Há indicações de mudanças de comportamentos ou tendências recentes nos estudos em torno da Sociologia escolar?

Anita Handfas: Sim. A análise das dissertações de mestrado indica que não só as temáticas ou os enfoques se diversificaram, como também é possível perceber que já detemos um conhecimento mais sistematizado sobre o ensino de sociologia na educação básica. Uma mirada nas dissertações mostra que nos anos 1990 o enfoque das pesquisas recaiu mais sobre a história da disciplina. Já nos anos 2000, as experiências didáticas, seguidas das percepções de alunos e professores sobre a disciplina sociologia foram o foco das pesquisas. Por fim, encontramos pesquisas que buscaram investigar o currículo de sociologia, na dimensão epistemológica da disciplina escolar, incluindo aí a análise de livros didáticos que tem despertado cada vez mais interesse. Outro enfoque que tem surgido mais recentemente são as pesquisas que tem analisado os processos políticos de mobilização pelo retorno da sociologia no ensino médio, ocorrido na década de 1980.

Revista Café com Sociologia: Temos presenciado um crescente volume de pesquisas sobre o ensino de Sociologia, seja em formato de teses, dissertações, artigos e livros. É possível identificar perspectivas ou correntes teóricas com maior influência nos estudos sobre ensino de Sociologia escolar no Brasil?

Anita Handfas: De certa forma, já fiz menção à questão teórica em outra pergunta, quando disse que identifico nas dissertações certa indefinição de referenciais que oscilam entre a pesquisa educacional e a pesquisa sociológica. Ao mesmo tempo, há que se destacar que ainda temos uma forte tendência aos estudos empíricos, sem que necessariamente sejam feitas as devidas conexões com a reflexão teórica. Isto ainda é uma lacuna desse campo de estudos. Não que isso signifique que nossas pesquisas não tenham relevância acadêmica, ao contrário, muitas dissertações produzem dados e informações imprescindíveis para o conhecimento do campo, mas a meu ver, ainda precisamos avançar no sentido de pensar em referenciais teóricos que possam nos auxiliar a compreender de forma mais sistemática o nosso objeto de estudo. Saliento, porém, que observo que temos avançado nesse caminho, exemplo disso são os trabalhos apresentados no GT Ensino de Sociologia da SBS (2017). Tive a oportunidade de assistir trabalhos oriundos de pesquisas muito interessantes e originais.

Revista Café com Sociologia: Podemos dizer que temos hoje um subcampo de pesquisa consolidado?

Anita Handfas: Acho que já venho respondendo essa pergunta ao longo da entrevista e sendo coerente com tudo o que tenho dito, sim, acho que hoje temos um *subcampo* consolidado, desde que pensado de forma geral. No entanto, acho que é preciso ver as particularidades desse processo. Do ponto de vista acadêmico, não resta dúvida de que atingimos um patamar muito interessante e rico de discussões e trocas de experiência. Como já citei, espaços como a SBS, ENESEB, ABECS e tantos outros têm conferido uma organicidade ao *subcampo*. Ao mesmo tempo, o crescimento da produção acadêmica, seja por meio de teses e dissertações, mas também pelo crescimento de artigos publicados em revistas e dossiês temáticos mostra que há um conhecimento circulando entre os pares, o que também é muito importante para a consolidação desse *sub-campo*. Mas, se olharmos para a relação entre esse sub-campo e o campo das ciências sociais, vamos ver que toda essa consolidação tem se dado à margem do campo científico das ciências sociais, e nesse sentido, não temos conseguido quebrar as barreiras existentes, por exemplo, na falta de prestígio que a sociologia no ensino médio tem no campo científico das ciências sociais. Por outro lado, diante da conjuntura de incertezas nas políticas curriculares do ensino médio, é de se perguntar até que ponto a instabilidade que a disciplina escolar sociologia poderá vir a enfrentar no currículo trará impactos na consolidação do campo.

Revista Café com Sociologia: Quais os principais avanços na prática do ensino de Sociologia desde sua reintrodução obrigatória, em 2008? Quais os principais – e mais urgentes - problemas que precisam ser superados?

Anita Handfas: As práticas do ensino de sociologia acumulam hoje um repertório significativo de experiências didáticas, práticas pedagógicas e recursos didáticos. Isso significa que a questão da mediação didática necessária para os estudantes do ensino médio, quando o professor ou a professora realizam a transposição do conhecimento científico para o conhecimento escolar, tem tido avanços significativos. Isso se dá por meio de iniciativas criativas nas práticas do ensino de sociologia. Percebemos isso claramente nos eventos da área, principalmente nas oficinas pedagógicas que tem o objetivo de compartilhar esse conjunto de experiências docentes. Certamente, o PIBID é um espaço por meio do qual muito temos conseguido avançar, seja na elaboração dos mais diversos materiais didáticos, seja nas formas criativas e interessantes que os professores têm conseguido criar na mediação didática. Isso tudo também tem a ver com o currículo, ou com a estabilidade da disciplina escolar, ou seja, essa estabilidade só se dá justamente

porque hoje a área já alcançou alguns consensos do que ensinar, quais conteúdos e temáticas são indispensáveis de serem tratadas em sala de aula e é claro que essa convergência de objetivos favorece as práticas do ensino da disciplina. Outro fator importante e que mostra também esse avanço são os livros didáticos que talvez sejam os recursos que mais se aproximam de uma mediação didática desejada para o ensino médio. Se esse quadro é favorável do ponto de vista das práticas pedagógicas, não podemos deixar de tocar na questão da formação do professor de sociologia, ou melhor, dos cursos de licenciatura que oferecem formação inicial para os professores. Penso que este ainda é um sério problema a ser enfrentado, tanto do ponto de vista da dicotomia que ainda persiste na relação conflituosa entre bacharelado e licenciatura, quanto nos próprios currículos dos cursos de licenciatura que ainda não conseguiram equacionar o problema da relação entre teoria e prática, isso sem falar dos docentes que atuam nesses cursos, que na maioria das vezes não tem qualquer relação com a escola básica e acabam por direcionar suas aulas, sem considerar a especificidade do curso de licenciatura. E me refiro especificamente às instituições públicas de ensino superior, ou seja, as que consideramos as melhores instituições que podem ofertar uma formação de professores comprometida com a melhoria da qualidade de ensino da escola pública. Agora, se ampliarmos esse horizonte e considerarmos as instituições privadas, aí o problema é gravíssimo, tendo em vista os interesses mercadológicos pelos quais a maioria dessas instituições opera. Temos um exemplo bem atual que demonstra isso. O Ministério da Educação acaba de promulgar a lei 13.478, de 30 de agosto de 2017 que altera a LDB para estabelecer direitos de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado. Isso significa que as instituições de ensino superior que oferecem cursos de pedagogia e demais licenciaturas deverão estabelecer formas diferenciadas de acesso aos professores das redes públicas de ensino que tenham pelo menos três anos de atuação no magistério e não possuem diploma de graduação poderão acessar o curso superior por meio de um processo seletivo diferenciado, é como se fosse uma espécie de cotas para professores da escola pública. Bem, particularmente, avalio que essa solução poderia até ser interessante se considerássemos somente as instituições públicas de ensino, entretanto o problema se torna muito preocupante, pois sabemos o que isso pode representar para as instituições privadas de ensino que ganham aí mais um incentivo do MEC para ampliar sem qualquer critério de rigor acadêmico o número de vagas para as licenciaturas, incluindo aí o ensino à distância. Me parece que aí estaremos diante do aprofundamento da precarização da formação docente e por conseguinte, das práticas pedagógicas do professor.

Revista Café com Sociologia: Em linhas gerais, em sua opinião, quais as perspectivas para esse subcampo de pesquisa e para a presença e prática da Sociologia no Ensino Médio?

Anita Handfas: Estamos em meio a uma conjuntura de intenso retrocesso nas áreas social, de saúde, trabalhista e da educação que visam unicamente aprofundar a exploração do trabalhador e atender os interesses do capital financeiro internacional, e isso se refere também à educação, em que temos grandes grupos financeiros buscando avançar e ganhar espaço por meio de diferentes ações educacionais. Então, na educação, temos a recente reforma do ensino médio que, se levada a cabo, vai retomar a ideia de uma escola pública voltada para as classes médias e outra para a classe trabalhadora. Isso se manifesta num currículo que quer impedir que o estudante do ensino médio tenha acesso ao conhecimento das diversas áreas de conhecimento responsáveis pela sua formação como indivíduo. Para além do impacto que a escola sofrerá com a reforma, temos a situação particular da sociologia que tudo indica encontra nesse momento sua presença ameaçada. Ainda temos que aguardar a BNCC, mas pelo que temos acompanhado, existem inúmeras pressões dos mais variados setores políticos, cujos interesses em muitos casos, se coadunam com setores da igreja católica e de diversas igrejas protestantes. Refiro-me ao movimento Escola sem Partido que tem promovido uma verdadeira cruzada reacionária entre os estudantes, especialmente os jovens do ensino médio, e seus familiares. Nessa disputa, a sociologia é uma das disciplinas que tem sofrido vários ataques, justamente porque cabe a ela o tratamento de temas como gênero, religiosidade, etc. Não é possível ainda avaliar em que medida todo esse contexto vai impactar o que temos conquistado e acumulado em termos de produção de conhecimento sobre o ensino de sociologia, práticas pedagógicas e debates sobre as diversas dimensões concernentes ao ensino à formação do professor de sociologia. Uma coisa é certa, será preciso buscar ações firmes de mobilização e luta que no meu entender, ultrapassam a defesa pela manutenção da sociologia no ensino médio, mas trata-se mesmo da luta em defesa da escola pública que se vê bastante ameaçada nesse momento. Vejo que a luta pela manutenção da sociologia no currículo da escola básica passa necessariamente pela afirmação de uma educação pública e referenciada socialmente na maioria da população trabalhadora brasileira.

Revista Café com Sociologia: Em nome do conselho editorial, agradeço pela entrevista.